

Fotos: Veronique Hourcade / Arquivo



PATRIMÔNIO. A VILA INDUSTRIAL E SUA HISTÓRIA OPERÁRIA

Uma série de ações e eventos, iniciados neste mês de outubro, propõe a abertura de um amplo debate sobre a memória e o patrimônio histórico deixado pelos operários e operárias que construíram a Vila Industrial de Campinas e nela habitaram desde a sua implantação, no final do século 19. As ações fazem parte do programa CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) na Cidade e foram iniciadas no dia 19, com um abraço simbólico no Estádio da Mogiana, prosseguiram com uma série de debates, palestras e apresentações

realizados entre os dias 19 e 31, na Igreja São José, na Metrocamp e em outros espaços da Vila (veja mais em: www.causp.gov.br). A partir destes eventos, o CAU pretende ampliar o debate sobre a criação de políticas de preservação da Vila Industrial, o único patrimônio histórico contínuo de Campinas. Esse é o tema desta segunda edição de **EXPRESSO**, que conta com o apoio das seguintes entidades: ADunicamp, Sinpaf-SSCJ, STSPMP, Sindipetro Unificado-SP, SASP, Movimento Pela Ciência e Tecnologia Pública e Carta Campinas.



EDITORIAL

A MEMÓRIA ARQUITETÔNICA E URBANÍSTICA DOS TRABALHADORES

Por Victor Chinaglia*

A humanidade já teve pintores malvistos, poetas malditos e músicos marginais que hoje são abraçados pelo povo e estudados por acadêmicos. Todos eles presentes em memórias, nas telas, papéis, gravações de fácil acesso que podemos ter individualmente (algumas imagens até estampadas em camisetas), em casa ou em nuvens tecnológicas.

Na arquitetura e urbanismo a situação é extremamente diferente. Não interessa onde seus pais, ou como seja a sua família, estivessem no momento de sua infância: para a maioria absoluta dos brasileiros o local desse momento fica

apenas na lembrança afetiva.

Do império aos dias atuais, o trabalhador dificilmente tem a propriedade de sua morada ou muito menos a de seus antepassados. Quanto muito, a posse provisória, podendo ser desalojado ao bel prazer dos verdadeiros donos das senzalas, colônias agrícolas ou das vilas operárias construídas para recebê-los.

Os primeiros programas habitacionais para a população trabalhadora, com seus financiamentos intermináveis, iniciaram-se na década de 60 do século passado. Em sua maioria, foram e são entregues com grandes festas por políticos e seus técnicos, sem que a população de trabalhadores e futuros moradores tivesse participado do projeto.

Quando muito, estiveram ali como operários contratados ou “voluntários” em mutirões formados em sua maioria por mulheres em defesa do abrigo de seus filhos.

Mas, diferente da propriedade exclusiva dos donos cartoriais, hoje ainda podemos ver a evolução de programas e métodos construtivos. Isso por se tratarem de terras públicas ou adquiridas de forma cooperativa pelos movimentos sociais que as encontram nas periferias de solo barato, mas com custo de infraestrutura alto – e isso não vimos nas senzalas, colônias e vilas que foram ao chão, sob pressão do mercado imobiliário.

O caso piora quando os embates de

classe são extremados em determinados territórios, por exemplo, onde determinadas comunidades expressam sua religiosidade em forma de resistência cultural. Ou quando se aproximam determinados grupos segregados; ou em bairros de origens operárias. Tudo isso, de certa forma, facilita a organização da comunidade e as ações de trabalhadores em busca de direitos.

O fato do morador não ter a propriedade, mas apenas a posse precária, faz com que sua expulsão seja uma “penalização”. E a derrubada das moradias é o aniquilamento da memória das “revoltas ou atrevimentos políticos” ocorridos em determinados momentos. ►

...continua na página 02

HISTÓRIA E CULTURA

► Não foi à toa que quando mataram Tiradentes derrubaram sua casa e salgaram o solo para que nada lá prosperasse. Os bombardeios aos bairros do Brás e Mooca, na capital paulista, durante a esquecida Revolução de 24, disparados pelo governo Federal de Artur Bernardes, traduziam o rancor das elites com as grandes greves realizadas a partir de 1917. Na mesma direção estão: a derrubada do Monte do Castelo no Rio de Janeiro, finalizada em 1922, a interesse da especulação imobiliária; o término das ferrovias, braço político dos trabalhadores ligados ao Partido Comunista; o deslocamento das prostitutas do centro de Campinas e da região do Taquaral para o Jardim Itatinga; e, recentemente, o deslocamento de milhares de pessoas para as obras de grandes eventos como a Copa e as Olimpíadas.

POBREZA AGRESSIVA

Gentrificação é a definição acadêmica de falta de propriedade da moradia. A pobreza é agressiva esteticamente para a classe dominante. E, obviamente, é terrivelmente agressiva para os trabalhadores, que vivem em verdadeiros guetos. Mas o “bonito” também é construído por eles. A única diferença que no “feio” eles moram e o “belo” eles apenas visitam ou diante dele se intimidam. O CAU na Cidade, com o evento realizado em Campinas, tem o objetivo de resgatar a história dos trabalhadores, a partir da arquitetura e urbanismo. Mostrar o grande poder

construtivo dos milhares de trabalhadores que conviveram com curtiúmes, hospitais de doenças graves para a época como varíola e a lepra, com canteiros de manutenção ferroviária e muita, muita, poesia. Na Vila Industrial, em meio ao barulho e mau cheiro, trabalhadores forjaram a capacidade de erigir a magnífica Igreja de São José, em 1921, além de conseguirem eleger seis vereadores oriundos dos sindicatos ferroviários e a única mulher para secretária de seu partido, além de fundar um clube de negros, o Machadinho. A Vila hoje é um centro de efervescência cultural e tecnológica e ainda mantém sua arquitetura e suas lembranças, embora permanentemente ameaçadas.

MUNDO POSSÍVEL

O lema “um outro mundo é possível” está atrasado, pois ele já está em plena construção. Patrimônio cultural é para lembrarmos que não iniciamos esse processo, mas que apenas estamos em nosso turno de trabalho para mantê-lo e levá-lo adiante. E, claro, transformar essa ilha urbana num arquipélago que há de tornar-se continente ao contribuir para formar um novo planeta, a nossa terra.

*Victor Chinaglia é responsável para Campinas e região do CAU/SP (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) e diretor do Sasp (Sindicato dos Arquitetos-Urbanistas de São Paulo).

A VILA INDUSTRIAL É UM PATRIMÔNIO ÚNICO NA CIDADE

Único conjunto de edificações histórico e contínuo vive em permanente risco de ser descaracterizado pela pressão e expansão imobiliária

A Vila Industrial é o único conjunto de edificações urbanas com importância histórica que existe em Campinas. Mais do que isso, é o único conjunto histórico com características de formação popular. “Campinas tem um leque de edifícios institucionais com importância histórica, como o Palácio dos Azulejos, entre outros; um leque de fazendas, como a Pau D’Alho e a Jambreiro; e outros tombamentos pontuais, como o Cemitério da Saudade. Mas o único conjunto de edificações é a Vila Industrial”, afirma o arquiteto e urbanista Marcos Tognon (foto em destaque), professor de História da Arte na Unicamp (Universidade Estadual de Campinas).

E a história da Vila remete não só a Campinas. Ela é uma das primeiras vilas operárias do país e suas ruas e edifícios retratam o início da expansão das ferrovias e da industrialização do interior paulista. A Vila Industrial começou a ser implantada no final do século 19, com a instalação da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, em 1872; e a Mogiana, dois anos depois, em 1874. Até então, parte da região era ocupada apenas pelos cemitérios que existiam ao lado de trilhos da Companhia Paulista. A Vila começou a ser construída para abrigar a população trabalhadora, que começava a chegar em grandes levas, inclusive imigrantes. Formada às costas da Estação Ferroviária, em seu entorno instalaram-se também os chamados Lazaretos dos Morféticos (hospitais para

leprosos), o Matadouro Municipal e os curtiúmes. As primeiras construções para trabalhadores eram de casas geminadas, dois ou três cômodos apenas. Nada a ver, portanto, com os palácios e fazendas, hoje tombados nas regiões centrais de Campinas e que representam a força e o poder econômico da elite cafeeira. Como uma região segregada e isolada, a Vila se manteve à margem dos interesses da especulação imobiliária, ao longo de décadas, situação que começou a mudar só recentemente. “Hoje, a Vila ainda mantém essa paisagem cultural operária, com diferentes estilos arquitetônicos, e que está na essência da história da cidade”, aponta Tognon.

PATRIMÔNIO EM RISCO

Pressionada recentemente pela expansão imobiliária, afinal a sua localização tornou-se privilegiada, a cinco minutos do Centro, a Vila vive hoje o permanente risco de perder para sempre partes importantes de seu patrimônio histórico que ainda resistem à crescente verticalização do bairro. Um grande número de imóveis e conjuntos da Vila Industrial foi tombado, nas últimas décadas, pelo Condepacc (Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas), como o antigo Complexo Ferroviário da Fepasa, o Curtume Cantúcio e alguns conjuntos de habitações operárias – da Rua Francisco Teodoro, Vila Venda Grande, Vilas Manoel Dias, Vila Manoel Freire. O conjun-

tombado no bairro foi a continuidade dos usos, pois a instituição dos tombamentos refletiu no desinteresse dos proprietários (herdeiros) na conservação das casas. E as casas das vilas tombadas foram ocupadas por população de baixa renda, sendo esta quem realiza a conservação efetiva dos conjuntos tombados”, afirma Roxo. De acordo com o pesquisador, os proprietários abandonam imóveis que têm valor comercial mais baixo porque acreditam que quem tem que preservar e fazer a manutenção, após o tombamento, é o poder público. E, em muitos casos, se há inquilinos, eles acabam se tornando inadimplentes, deixando os imóveis em estado de semiabandono. Mas mesmo nesses, como na maioria dos outros casos, são os moradores que têm garantido a preservação, ainda que muitas vezes precária, de conjuntos importantes, como a Vila Manoel Dias e Venda Grande. Já os prédios da Vila Manoel Freire, de onde os moradores foram retirados, encontram-se em ruínas. “Os conflitos pela conservação do patrimônio histórico arquitetônico na Vila Industrial levam a uma reflexão sobre a importância de manter a população junto aos bens tombados num período marcado pela transformação das formas, usos e dos modos de vida dos bairros”, afirma Roxo. Tognon defende que o poder público deve criar políticas que motivem moradores e proprietários a investirem na preservação, seja com

TOMBAR E CUIDAR

O geógrafo e pesquisador Rafael Roxo dos Santos, defendeu, em 2013, no Instituto de Geociências da Unicamp, uma dissertação de mestrado sobre a Vila Industrial (A Vila Industrial e o patrimônio histórico arquitetônico de Campinas: entre a conservação e a reestruturação urbana). Roxo mostra que há um grande número de edificações que, depois de tombadas, são simplesmente abandonadas pelos proprietários. Ao mesmo tempo, ele conclui que a presença de moradores é o que tem garantido a conservação de muitos outros imóveis tombados. “O estudo mostrou que o que mais contribuiu para a conservação dos conjuntos arquitetônicos e imóveis

tombados no bairro foi a continuidade dos usos, pois a instituição dos tombamentos refletiu no desinteresse dos proprietários (herdeiros) na conservação das casas. E as casas das vilas tombadas foram ocupadas por população de baixa renda, sendo esta quem realiza a conservação efetiva dos conjuntos tombados”, afirma Roxo. De acordo com o pesquisador, os proprietários abandonam imóveis que têm valor comercial mais baixo porque acreditam que quem tem que preservar e fazer a manutenção, após o tombamento, é o poder público. E, em muitos casos, se há inquilinos, eles acabam se tornando inadimplentes, deixando os imóveis em estado de semiabandono. Mas mesmo nesses, como na maioria dos outros casos, são os moradores que têm garantido a preservação, ainda que muitas vezes precária, de conjuntos importantes, como a Vila Manoel Dias e Venda Grande. Já os prédios da Vila Manoel Freire, de onde os moradores foram retirados, encontram-se em ruínas. “Os conflitos pela conservação do patrimônio histórico arquitetônico na Vila Industrial levam a uma reflexão sobre a importância de manter a população junto aos bens tombados num período marcado pela transformação das formas, usos e dos modos de vida dos bairros”, afirma Roxo. Tognon defende que o poder público deve criar políticas que motivem moradores e proprietários a investirem na preservação, seja com



isenções fiscais ou outros mecanismos institucionais. “Nós ainda não conhecemos em profundidade qual é a realidade, quais são os anseios e desejos da população que vive na Vila. E conhecer isso é fundamental para criar estratégias e políticas que envolvam a comunidade na defesa de seu patrimônio”, diz. Para ele, um

senso demográfico e social da população da Vila seria um instrumento da maior importância para orientar essas políticas de preservação com a comunidade. “E a prefeitura poderia fazer isso, a custo muito baixo, com orientação técnica da Unicamp e do CAU (Conselho de Arquitetos e Urbanistas). Fica a proposta”, diz.

BRASIL PERDEU A CULTURA DA MANUTENÇÃO

O Brasil perdeu a cultura de manutenção de seu patrimônio público. Por isso, até as importantes edificações históricas estão sujeitas à deterioração e aos riscos de incêndios e desmoronamentos. Quem afirma isso é o professor Marcos Tognon, que hoje é um dos responsáveis pelo projeto de implantação de um moderno sistema de prevenção e controle de incêndios na Catedral de Campinas. Tognon lembra do incêndio que, no início deste mês de outubro, destruiu completamente a histórica Igreja de Santa Rita, no distrito de Diamantina, em Minas Gerais. O fogo foi rápido e devastador. Não havia sistema de controle. “Há descuido em quase todos os pré-

diários históricos do país. Só agora a Catedral de Campinas está cuidando disso e prédios da importância do Palácio dos Azulejos permanecem completamente desprezados”. Há descuido com a manutenção do sistema elétrico, do madeiramento e assim por diante. A madeira, largamente utilizada nas construções antigas, recebia tratamento especial no passado. Elas eram embelezadas com a cera da abelha, um poderoso exterminador de cupins. Assim como a cal, forte germicida, era utilizada em madeiras, alvenarias e taipas. “Essa cultura perdeu-se. Hoje, em reformas e restaurações, acaba-se muitas vezes utilizando até produtos inflamáveis”, diz.



ESTÁDIO DA MOGIANA

PRESERVAR TAMBÉM PARA USOS ESPORTIVOS

Campinas corre o risco de perder um importante marco arquitetônico e histórico. O estádio “Dr Horácio Antonio da Costa” ou simplesmente o Estádio da Mogiana, como é conhecido o Centro Recreativo e Esportivo de Campinas (Cerecamp), está na mira do governo do Estado.

Apesar de todo o complexo ter sido tombado no ano passado, em âmbito estadual, pelo Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico), o governador, na época, não regulamentou o tombamento e, recentemente, o atual governo encaminhou para a Alesp (Assembleia Legislativa do Estado) o Projeto de Lei Nº 993, de 29 de agosto de 2019, que trata da autorização para a venda do estádio.

Para tentar garantir a preservação desse importante patrimônio, representantes de entidades da sociedade civil estão mobilizados e fazem pressão para que o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (Condepacc) aprove o tombamento em âmbito municipal.

O pedido do tombamento está na pauta da entidade. Já houve um abaixo-assinado com essa solicitação e no dia 19 de outubro passado um abraço simbólico no campo reforçou as manifestações em prol da preservação desse espaço.

PATRIMÔNIO CULTURAL

De acordo com diretor do time amador União Renacer, Ricardo Zimaro, o campo é utilizado por equipes de futebol amador da cidade. No entanto, os jogos não podem ter torcida, uma vez que as arquibancadas, conforme avaliação técnica, estão comprometidas. Para ele, é fundamental garantir a preservação do estádio. “O Estádio é um patrimônio cultural e esportivo

da cidade de Campinas, construído pelos funcionários da Cia. Mogiana. É um estádio único, com uma arquitetura riquíssima e imponente”, avalia. “Espero que ele possa ser preservado e quem sabe seja transformado um estádio municipal, preservando a história e servindo a população de Campinas”.

O estádio foi fundado em 1940 e tem capacidade para 4 mil pessoas. Localizado no bairro Guanabara, atrás da Estação Guanabara. Foi o primeiro na cidade a ter torres de iluminação, o que permitia, conforme resalta Zimaro, que sediasse jogos noturnos e era o principal estádio no interior do Estado na época. “Foi a casa de Guarani e Ponte Preta. Por lá passaram inúmeros craques, como Leônidas da Silva”, recorda Zimaro.

O estádio ocupa uma área de mais de 26 mil metros quadrados, sendo 6,8 mil de área construída. Na avaliação de Valdir Oliveira, que participou da manifestação do dia 19 de outubro e acompanha as discussões em torno do tombamento como representante do IHGG (Instituto Histórico Geográfico e Genealógico de Campinas), o tombamento não tem que ser necessariamente de toda a área.

“O que precisa ser preservado é o estádio e as construções. Isso ocupa uma área de 8 mil metros quadrados. A área restante, caso seja vendida, renderia algo em torno de 20 milhões de reais ou mais. Recurso que poderia ser utilizado para a recuperação das construções do estádio e também, a partir de um Fundo de Cultura transparente, para a manutenção de outros prédios de nosso patrimônio histórico”, defende ele.

(Acompanhe o movimento Salvem o Mogiana pelo Facebook: <https://www.facebook.com/Salvem-o-Mogiana>)

ARTIGO

MINHA CASA, MINHA VILA

Por Ana Villanueva

O conflito do tombamento em imóveis com uso residencial, no caso da Vila Industrial, é principalmente com relação às pequenas reformas como, por exemplo, troca de esquadrias, pois são geralmente casas pequenas, geminadas e alinhadas na calçada, o que não possibilita grandes transformações.

Por este motivo, defendo que uma ação de educação patrimonial seria ideal neste caso, com uma cartilha distribuída de “como reformar seu imóvel”. Este tipo de trabalho foi realizado nas cidades do Rio de Janeiro e Santos, o que resultou em uma significativa melhora na qualidade das intervenções em bens tombados.

A preservação do patrimônio pode ser um atrativo para a valorização econômica do imóvel, se tratada de forma adequada. Em Campinas temos o exemplo do edifício do Giovannetti-Cambuí, na Rua Padre Vieira, que estava destruído parcialmente por um incêndio e foi restaurado e restituído à dinâmica da cidade com um uso comercial, com muitos frequentadores, desde a década de 1990 até nossos dias.

É necessário pensar que um edifício histórico não precisa necessariamente ter um uso cultural ou administrativo. Ele pode também ser comercial, residencial e até religioso, como reflexo da pluralidade das necessidades da sociedade. Já existem vários exemplos pelo Brasil e no exterior.

BAIRRO ÚNICO

Dentro desta concepção profissional e pessoal, decidi morar na Vila Industrial e, em 1994, comprei um imóvel histórico (de 1928), que não era tombado, mas restaurei e o mantenho até hoje com as mesmas características históricas. Nesta época, um grupo de artistas plásticos veio também morar na Vila. Formamos um grupo para tentar transformar o bairro em uma espécie de “Vila Madalena” campineira. E por um determinado tempo conseguimos organizar várias atividades culturais.

Os motivos da escolha de morar na Vila Industrial são vários, além da minha paixão pelo patrimônio histórico: é um bairro ainda muito tranquilo onde é possível ouvir pássaros, apito do trem, sino da igreja. Os meninos ainda brincam na rua com paralelepípedos, e tudo isto distante cinco minutos do centro urbano.

E neste sentido, o tombamento contribui para a manutenção do “clima” do local, que se fosse verticalizado mudaria o perfil dos moradores, além de trazer muito trânsito para estas ruas estreitas.

A Vila Industrial é um bairro único em Campinas. E o patrimônio arquitetônico-histórico pode tanto ser um atrativo comercial como uma oportunidade de moradia, basta mudar a maneira de olhar.



A arquiteta e urbanista Ana Villanueva e seu marido, o advogado Elias Silva, em frente à casa reformada. No destaque, a casa antes da reforma.

APOIO

**PETRÓLEO DOS
BRASILEIROS**

petroleodosbrasil.org.br

@petroleodosbrasil

www.ADunicamp.org.br